



Munich Personal RePEc Archive

Brazil and the New Middle Class of the 2000's

Waldir Quadros and Davi Antunes and Denis Gimenez

FACAMP, Unicamp

October 2012

Online at <https://mpa.ub.uni-muenchen.de/48927/>

MPRA Paper No. 48927, posted 29 September 2017 13:46 UTC

O BRASIL E A NOVA CLASSE MÉDIA DOS ANOS 2000

Waldir José de Quadros¹

Denis Maracci Gimenez²

Daví Antunes³

RESUMO: O objetivo do trabalho é analisar as mudanças recentes desta estrutura e a emergência de uma nova classe média no Brasil dos anos 2000, denominada correntemente como “classe C”.

Title: Brazil and the New Middle Class of the 2000's

ABSTRACT: The aim of this work is to analyze the recent changes of this structure and the emergence of a new middle class in Brazil of the years 2000, commonly denominated like "class C".

1. EVOLUÇÃO RECENTE E INTERPRETAÇÕES

A discussão recente sobre a nova classe média no Brasil é bastante oportuna e deve ser estimulada, pois coloca em evidência as grandes mudanças sociais ocorridas a partir da retomada do crescimento econômico mais acelerado no governo Lula. Parte dos analistas enfoca a elevada geração de novas oportunidades ocupacionais e a melhora nos rendimentos das pessoas já ocupadas; outros enfatizam a emergência de exuberante contingente de novos consumidores e a rápida expansão do consumo das camadas populares.

Pretendemos, neste texto, realizar uma breve reflexão sobre o ocorrido e a sobre a questão da classe média, com o intuito de contribuir para o entendimento da emergência da classe “C” ou da assim chamada **nova classe média dos anos 2000 no Brasil**. Evidentemente, é preciso considerar o longo período de estagnação dos anos 1980 e 1990, que levou à manutenção de elevados níveis de miséria e pobreza e ao atrofiamento da classe média⁴. Este quadro sombrio, de alto desemprego e queda sistemática nos rendimentos, foi

¹ Professor associado aposentado do IE-Unicamp e Professor da FACAMP.

² Professor da FACAMP e pesquisador colaborador do CESIT/IE/UNICAMP.

³ Professor da FACAMP.

⁴ GIMENEZ (2008).

profundamente modificado com o crescimento econômico mais elevado, ainda que a taxas inferiores às históricas (1930-80) e às dos países emergentes e da América Latina nos anos 2000.

Ao longo do governo Lula, viu-se progressiva reativação do mercado de trabalho formal, das oportunidades de negócios e do trabalho autônomo melhor remunerado, reforçados pela expansão do crédito ao consumo e pela política de aumento real do salário mínimo, que também se refletiu nos benefícios previdenciários e assistenciais vinculados⁵.

A forte geração de empregos na base do mercado de trabalho e nos segmentos intermediários inferiores, com sensível e contínua melhora em seus rendimentos, foi marcante neste novo momento, com grande impacto sobre a população de baixa renda. Os departamentos de marketing das grandes empresas, desde fins dos anos 1990, já percebiam as potencialidades dos consumidores de baixa renda. Com o avanço social recente, tal estratégia se fortaleceu.

Para melhor compreender as mudanças na estrutura social, utilizamos uma metodologia de estratificação social adequada tanto à realidade brasileira como às características dos inquéritos domiciliares do IBGE. A definição dos padrões de vida não foi efetuada por critérios puramente estatísticos, mas pela sociologia do trabalho: as linhas de corte são determinadas pelas ocupações que se pretende captar.

A alta classe média – o topo da estrutura social, dado que as pesquisas não captam adequadamente a representação social dos ricos – inclui ocupações típicas, definidas aprioristicamente, inspiradas no sociólogo americano Wright Mills⁶. São médicos, professores do ensino superior, engenheiros, empresários etc.

O mesmo procedimento foi adotado para a média e a baixa classe média. A última camada, composta pelos miseráveis, foi formada por todas as pessoas ocupadas que recebiam menos que o salário mínimo. A penúltima, a

⁵ QUADROS (2008); QUADROS (2010) e QUADROS (2011).

⁶ WRIGHT MILLS (1979(1951)).

massa trabalhadora, engloba os trabalhadores pobres que se encontram entre os miseráveis e a baixa classe média.

A evolução da estratificação dos ocupados, indicativo das oportunidades individuais (Tabela 1), mostra expressiva redução daqueles que se encontravam na situação de miseráveis, com a correspondente expansão da massa trabalhadora (pobre), mas, sobretudo, da baixa classe média (remediada). A mobilidade é menor na média classe média e inexistente na alta classe média, o que reflete um padrão de crescimento econômico com limitada geração de empregos privados e públicos de melhor qualidade.

Tabela 1: Brasil, Pessoas Ocupadas, 2000-2010

ESTRATOS SOCIAIS	2000		2010	
	Nº Pessoas (mil)	%	Nº Pessoas (mil)	%
Alta Classe Média	4.803	7,3	6.396	7,4
Média Classe Média	6.215	9,5	9.223	10,7
Baixa Classe Média	16.486	25,1	31.246	36,2
Massa Trabalhadora	18.214	27,8	26.649	30,9
Miseráveis	19.912	30,3	12.840	14,9
Total	65.630	100,0	86.354	100,0

Fonte: IBGE.

Da perspectiva das pessoas ocupadas de uma mesma família, classificadas pelo membro melhor remunerado – metodologia mais sensível à mobilidade social (Tabela 2) –, a melhora é nítida, com grande redução na quantidade de indivíduos nos estratos inferiores e com crescimento expressivo nos superiores.

Tabela 2: Brasil, Pessoas Ocupadas - Membro Melhor Situado, 2000-2010

ESTRATOS SOCIAIS	2000		2010	
	Nº Pessoas (mil)	%	Nº Pessoas (mil)	%
Alta Classe Média	7.706	11,7	11.584	13,4
Média Classe Média	8.904	13,6	15.095	17,5

Baixa Classe Média	20.633	31,4	36.727	42,5
Massa Trabalhadora	16.780	25,6	18.643	21,6
Miseráveis	11.606	17,7	4.305	5,0
Total	65.630	100,0	86.354	100,0

Fonte: IBGE.

Examinando o comportamento da família como um todo, incluindo também os membros não ocupados (Tabela 3), percebe-se que o perfil social do conjunto da população é menos favorável do que o agregado familiar dos indivíduos ocupados. Entretanto, a estrutura social mantém-se em condições superiores em relação à dos indivíduos tomados isoladamente.

Tabela 3: População do Brasil - Membro Melhor Situado, 2000-2010

ESTRATOS SOCIAIS	2000		2010	
	Nº Pessoas (mil)	%	Nº Pessoas (mil)	%
Alta Classe Média	15.879	9,4	20.648	10,8
Média Classe Média	19.568	11,5	28.166	14,8
Baixa Classe Média	47.124	27,7	73.125	38,3
Massa Trabalhadora	41.513	24,4	49.560	26,0
Miseráveis	45.789	27,0	19.255	10,1
Total	169.873	100,0	190.756	100,0

Fonte: IBGE.

A estratificação das famílias, a partir do membro melhor situado e ajustada pela renda *per capita* (Tabela 4), se torna um bom indicador de qualidade de vida ao contemplar o número de membros da família. O perfil social é significativamente menos favorável, há menos pessoas na camada superior, mas ocorre forte expansão da média classe média e da baixa classe média.

Tabela 4: População do Brasil - Membro Melhor Situado Ajustado pela Renda Per Capita, 2000-2010

ESTRATOS SOCIAIS	2000		2010	
	Nº Pessoas (mil)	%	Nº Pessoas (mil)	%
Alta Classe Média	9.240	5,4	11.420	6,0
Média Classe Média	25.666	15,1	37.495	19,7

Baixa Classe Média	36.930	21,7	53.407	28,0
Massa Trabalhadora	44.525	26,2	55.935	29,3
Miseráveis	53.512	31,5	32.499	17,0
Total	169.873	100,0	190.756	100,0

Fonte: IBGE.

Todas as tabelas têm em comum a inequívoca melhora dos padrões de vida das camadas inferiores e um avanço importante nas camadas superiores, no que tange às famílias. A volta do crescimento econômico, os aumentos do salário mínimo e os avanços das políticas sociais devem ser reconhecidos como decisivos para tal transformação.

Pesquisadores de instituições oficiais que, desde a década de 1990, se identificavam com a focalização das políticas sociais recomendada pelo Banco Mundial e instituições afins, também apontaram grande redução da miséria e a emergência de uma nova e pujante classe média. Mas seu foco “doutrinário” nos miseráveis gera uma estrutura social com uma classe média superdimensionada, determinada por uma linha de corte bastante baixa.

Um exemplo disto é o fato de 64% das empregadas domésticas, piso do mercado de trabalho urbano, serem incluídas na classe média; outro é 54% dos chefes de família sem escolaridade ou com fundamental incompleto serem de classe média⁷. Estes pesquisadores sempre argumentaram que as políticas focalizadas não só bastavam como seriam as mais eficientes para reduzir a miséria e a desigualdade social.

A melhora recente é atribuída ao programa Bolsa Família e aos avanços na educação, a despeito de os programas focalizados terem sido criados nos anos 1990 e de os supostos avanços educacionais continuarem no mesmo ritmo da década passada. As novidades do governo Lula, o expressivo crescimento econômico e a contínua elevação real do salário mínimo, são colocados em segundo plano por estes analistas.

Outros entusiastas da nova classe média exaltam as virtudes do neoliberalismo. Defendem a aceitação do crescimento possível mesmo que

baseado na desindustrialização, na reprimarização das exportações e no consumo de massa atendido por importações. Esta é a matriz da interpretação dos analistas conservadores que se dizem identificados com a justiça social. Com forte penetração nos meios de comunicação, confundem a opinião pública proclamando que viramos um país de classe média.

Comemoram, sem maiores qualificações, a classe média das empregadas domésticas e dos analfabetos, a menor desigualdade social e a queda da pobreza. Mas escondem o impacto do crescimento acelerado e a necessidade da reindustrialização e da reestruturação do setor público que, ao suprir as carências históricas da educação, saúde, segurança, habitação etc., também resultaria na ampliação de uma verdadeira classe média.

2. CLASSE MÉDIA – EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Ademais, vê-se que a visão conservadora possui diversos problemas: considerar esta importante mudança ocorrida no governo Lula como a emergência de uma nova classe média é, do nosso ponto de vista, inadequada. Isto porque o conceito de nova classe média, introduzido por Wright Mills nos anos 1950⁸, se referia à expansão do emprego de colarinho branco – típica da estrutura ocupacional da grande empresa da II RI – o que condiz com a utilização, por parte de muitos autores, desta definição no estudo do Brasil dos anos 1960 e 1970.

Quanto mais desenvolvido o país e melhor sua estrutura ocupacional, maiores tendem a ser as boas oportunidades disponíveis às pessoas – e maior sua classe média-alta. O emprego é o alicerce da inserção do indivíduo em sociedades como a brasileira e, depois da propriedade, é a base da

⁷ PAES DE BARROS & GROSNER (2012), pp. 21-25, *passim*.

⁸ WRIGHT MILLS, C. *op. cit.* A ideia de nova classe média surge em contraposição à antiga classe média, dos pequenos proprietários e profissionais liberais dos EUA de fins do século XIX.

desigualdade social; portanto, a geração de bons empregos é fundamental para o desenvolvimento social.

A estrutura ocupacional, portanto, delimita os espaços para a luta dos indivíduos por mais dinheiro, melhores empregos e ascensão social. Isto significa que uma grande classe média é um indicador dos mais relevantes do bem-estar social e do desenvolvimento material alcançado por determinada sociedade.

Evidentemente, o mercado não funciona livremente, como defendem muitos economistas, que não consideram o Estado como parte constituinte da estrutura econômica e social do capitalismo moderno⁹. A ação ou o consentimento do Estado, dentro de determinada conformação material, também tem papel decisivo na estruturação econômica, social, urbana, ocupacional. E, por conseguinte, na desigualdade, na pobreza, na melhora social.

O crescimento econômico elevado é condição *sine qua non* para a expansão desta camada, que pode assumir diversas formas: a classe média dos anos 1970 era diferente da classe média dos anos 2010 – de uma determinada forma no Brasil, de outra nos EUA. Por exemplo, os EUA da década de 1930 foram transformados pela intervenção estatal da *era Roosevelt*. Mas o novo mundo de afluência do *white collar* dos anos 1950 e 1960 conviveu com a persistência da pobreza e da limitada proteção social num quadro estrutural de desigualdade social, política, racial etc.¹⁰

Na Europa Ocidental, o crescimento econômico dos Trinta Gloriosos, articulado ao desenvolvimento das estruturas estatais de proteção social, criou uma nova classe média bastante diferente. A busca do pleno emprego num Estado de Bem-Estar Democrático gerou um cidadão de classe média com renda disponível pouco superior à da base do mercado de trabalho, com reduzida capacidade de diferenciação do consumo e cercada de ampla proteção social¹¹.

⁹ SHONFIELD (1968(1965)).

¹⁰ GALBRAITH (1987(1958)).

¹¹ MYRDAL (1962(1960)).

O processo de constituição da nova classe média no Brasil ocorreu durante o Milagre Econômico, que promoveu a expansão do emprego urbano baseado nas novas ocupações de colarinho branco, *pari passu* à ampliação do leque salarial e do consumo de bens e serviços como forma de diferenciação social. Sem contar com a alta renda *per capita* e o elevado padrão de consumo dos norte-americanos, tampouco com as benesses do *Welfare State* europeu, a brasileira foi montada sobre o dinamismo econômico e a profunda desigualdade social que nos marcava àquele momento.

Cardoso de Mello & Novais mostram que “o padrão de vida da nova classe média beneficia-se muitíssimo dos serviços baratos (...). Esse tipo de exploração dos serviços pela nova classe média reduz seu custo de vida e torna o dia a dia mais confortável do que o da classe média dos países desenvolvidos”¹².

Com a reorganização, de grandes proporções, das estruturas econômicas e sociais dos países centrais a partir de meados dos anos 1970, a situação se transformou radicalmente graças à III Revolução Industrial, à volta da dominância financeira, à crise de superacumulação inevitável após décadas de crescimento acelerado, à guinada neoliberal e aos questionamentos à ordem social vigente na *Golden Age*.

Estas profundas transformações foram fruto do sucesso do capitalismo sob a hegemonia americana. Agora, o emprego público deixou de ser a “válvula de escape” que havia sido durante o período anterior, quando gerava ocupações de nível superior para uma população crescente que não encontraria espaço no setor privado cada vez mais eficiente e produtivo¹³. Num momento em que a informática reduziu drasticamente as oportunidades de ocupação para os setores médios.

O operário foi substituído por máquinas informatizadas e o emprego industrial deixou, definitivamente, de ser central. Mas o maior impacto das tecnologias de informação se deu nas grandes estruturas burocráticas. Se antes a secretária era decisiva para o funcionamento do escritório, o

¹² CARDOSO DE MELLO & NOVAIS (2009), pp. 80-81.

computador a substituiu com grande eficiência; se o bancário era essencial para o funcionamento da economia capitalista, ele foi rapidamente substituído por caixas eletrônicos, computadores, celulares etc.

A polarização do mercado de trabalho virou a tônica da estruturação econômica e social dos países ricos. De um lado, os ricos e bem-empregados no topo da sociedade; de outro, a massa crescente de pessoas às quais resta apenas servir aos de cima. Nesse mundo de desigualdade social crescente, os mais ricos ampliam seu conforto contratando novos serviços – única e funcional alternativa ao avanço do desemprego¹⁴.

A classe média passa a ser a do trabalhador dos serviços às pessoas, de renda instável, vida precária e que trabalha o máximo que pode. No caso brasileiro, ainda deve-se acrescentar a precariedade da educação, saúde, transporte etc. A polarização é o resultado lógico de uma economia globalizada da III Revolução Industrial em que o Estado, marcado pelo neoliberalismo, se retrai, desregulando as finanças, reduzindo o emprego público, a progressividade dos impostos e o gasto social.

Logo, é dentro deste contexto que devem ser observadas as importantes transformações econômicas e sociais recentes no Brasil. A subida da renda e do salário mínimo, o aumento do emprego formal, o acesso ao crédito, a melhora do padrão de consumo são fatos importantíssimos, que demonstram a relevância da retomada do crescimento econômico acelerado para o enfrentamento da ainda grave questão social no Brasil.

3. AFINAL, SOMOS UM PAÍS DE CLASSE MÉDIA?

A classe C, símbolo do crescimento recente, está longe dos padrões e estilos de vida que caracterizavam a nova classe média como a grande novidade do século XX. A classe média baixa – auxiliares de escritório,

¹³ ROSE (1985).

¹⁴ Sobre as transformações no mercado de trabalho e o avanço da desigualdade nos países desenvolvidos, ver ANTUNES (2011).

vendedores, garçons, professores primários, policiais, auxiliares de enfermagem etc. – tem carências de todo tipo, não só em relação aos padrões de ocupação, rendimentos e consumo. Mas também das condições para educar os filhos, de saúde, de transporte, de moradia, de segurança pública. Isto revela a distância entre a vida da nova classe média do século XX e a dos anos 2000.

Portanto, não se pode deduzir da estrutura de consumo ou de rendimentos a estrutura de classes de uma sociedade capitalista moderna. Nem definir o Brasil como um “país de classe média” a partir desses critérios, sem considerar o desenvolvimento capitalista, a estruturação da sociedade e os padrões e estilos de vida historicamente constituídos.

O crescimento dos estratos do meio da distribuição de renda também não nos define como uma sociedade de classe média, já que isto expressaria grave rebaixamento de expectativas. Não desconhecemos as melhorias nas remunerações das empregadas domésticas e dos inúmeros trabalhadores populares, mas isto não os coloca como membros típicos da classe média.

Nos meios governamentais são frequentes as manifestações a respeito da sociedade de classe média, o que é politicamente compreensível. Entretanto, tal postura pode conduzir a certo conformismo que deseduca politicamente a sociedade. Podemos imaginar que os sérios constrangimentos econômicos também estejam na origem desta atitude, ou ainda que se trata de uma forma de se beneficiar do reconhecimento trazido pela afluência de amplos segmentos populares, para ganhar tempo e acumular força para enfrentar os enormes desafios de uma efetiva reestruturação industrial, tecnológica e dos serviços públicos.

De toda maneira, se com a crise financeira internacional no final do Governo Lula os segmentos desenvolvimentistas ganharam maior espaço, é no Governo Dilma que os avanços em questões cruciais são mais significativos: forte redução em todo o espectro de taxas de juros, defesa do câmbio, política industrial associada ao pré-Sal e aos investimentos em infraestrutura, medidas

iniciais de proteção à indústria frente à concorrência predatória dos importados etc.

No Brasil dos anos 2000, além daqueles que desconsideram a urgência de tais avanços estruturais, temos os que buscam minimizar os progressos e se alinham com a oposição política ao governo, sem interesse em reconhecer seus sucessos. De nossa parte, buscamos um ponto de vista crítico, capaz de reconhecer os progressos, mas também de identificar seus limites, contribuindo para o avanço rumo a uma sociedade mais igualitária e afluyente, nos marcos de um padrão de desenvolvimento material, ambiental e socialmente sustentável.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Daví J. N. Capitalismo e Desigualdade. Campinas: IE/UNICAMP, 2011. (Tese de Doutorado).

CARDOSO DE MELLO, João M. & NOVAIS, Fernando A. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. São Paulo: UNESP/FACAMP, 2009.

GALBRAITH, John K. A Sociedade Afluente. São Paulo: Pioneira, 1987 (1ª ed. 1958).

GIMENEZ, Denis M. Ordem Liberal e a Questão Social no Brasil. São Paulo: IE/UNICAMP e LTr, 2008.

MYRDAL, Gunnar. O Estado do Futuro. Rio de Janeiro: Zahar, 1962 (1ª ed. 1960).

PAES DE BARROS, Ricardo & GROSNER, Diana. Vozes da Classe Média. Brasília: SAE, 2012.

QUADROS, Waldir J. de. A Evolução da Estrutura Social Brasileira - Notas Metodológicas. Texto para Discussão IE/UNICAMP, nº 147, Campinas, out. / 2008.

QUADROS, Waldir J. de. A Evolução da Estrutura Social Brasileira. Texto para Discussão IE/UNICAMP, nº 148, Campinas, out. / 2008.

QUADROS, Waldir J. de. Em 2009 a Heterodoxia Afastou a Crise Social. Texto para Discussão IE/UNICAMP, nº 189, Campinas, março de 2011.

QUADROS, Waldir J. de. Melhorias Sociais no Período 2004 a 2008. Texto para Discussão IE/UNICAMP, nº 176, Campinas, maio de 2010.

ROSE, Richard (org.). Public Employment in Western Nations. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SHONFIELD, A. Capitalismo Moderno. Rio de Janeiro: Zahar, 1968 (1ª ed 1965).

WRIGHT MILLS, C. A Nova Classe Média - White Collar. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1979 (1ª edição, 1951).